

FAZENDA COLONIAL COMO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO QUILOMBOLA: INTERPRETAÇÕES, VIVÊNCIAS, SENTIDOS E NARRATIVAS SOBRE OS SÍTIOS MATA DE TAIPAS E PEDREIRA, NO VALE DO TAQUARI (RS)

COLONIAL FARM AS A QUILOMBOLA ARCHAEOLOGICAL HERITAGE: INTERPRETATIONS, EXPERIENCES, MEANINGS AND NARRATIVES ABOUT THE MATA DE TAIPAS AND PEDREIRA SITES, IN VALE DO TAQUARI (RS)

Fabio Guaraldo Almeida^a; Jaqueline Gomes^b; Karen Pires^c; Vanderlei Adriano da Silva^d; Camila Marques^e; Sandra Diehl^f; Gabriel Drumond^g; Luís Henrique Letra^h; Laura de Mattosⁱ; Elisa Dias Alves da Silva^j; Amanda Pereira Patrício Silva^k

^a Doutor e Mestre em Arqueologia (MAE/USP) e Cientista Social (FFLCH/USP). Pesquisador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologias e Territórios – LINTT do MAE/USP, e-mail: fabioguaraldoalmeida@gmail.com (na confecção do artigo atuou como coordenador do Estudo sócio-histórico-antropológico e geográfico da comunidade quilombola Unidos do Lajeado, em Lajeado/RS, como parte do Programa de Fortalecimento Institucional e Comunitário (PFIC), para atendimento ao Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), realizou levantamento de dados em campo e escritório, e participou da elaboração do texto).

^b Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da USP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia do Instituto Mamirauá/CNPq, e-mail: jaquelinegomes06@gmail.com (atuou como etnoarqueóloga no Estudo sócio-histórico-antropológico e geográfico da comunidade quilombola Unidos do Lajeado, realizou levantamento de dados em campo e bibliográfico, e participou da elaboração do texto)

^c Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento e Doutora em Ciências, ambos pela UNIVATES. É professora da Rede Estadual de Ensino da educação Básica, em Lajeado, e-mail: k.pires@universo.univates.br (atuou como historiadora no Estudo sócio-histórico-antropológico e geográfico da comunidade quilombola Unidos do Lajeado, realizou levantamento de dados bibliográficos e participou da elaboração do texto)

^d Presidente da Associação Quilombola Unidos do Lajeado; e-mail: unidosquilombo@gmail.com (atuou na logística de campo e no levantamento de dados)

^e Quilombola da comunidade Unidos do Lajeado, e-mail: (atuou no levantamento de dados de campo)

^f Assistente Social, e-mail: sandrinhardiehl@gmail.com (atuou na logística de campo e realizou levantamento de dados em campo)

^g Diretor Socioambiental da Ângulo Social Consultoria e Projetos Socioambientais, e-mail: gabrieldrumond@angulosocial.com.br (atuou como coordenador geral do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), pela Ângulo Social Consultoria)

^h Gerente Socioambiental da Ângulo Social Consultoria e Projetos Socioambientais, e-mail: luishenrique@angulosocial.com.br (atuou como coordenador do Programa de Fortalecimento Institucional e Comunitário (PFIC), para atendimento ao Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), pela Ângulo Social)

ⁱ Analista Socioambiental da Ângulo Social Consultoria e Projetos Socioambientais, e-mail: laura@angulosocial.com.br (atuou na execução do Programa de Fortalecimento Institucional e Comunitário (PFIC), para atendimento ao Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), pela Ângulo Social)

^j Coordenadora de Meio Ambiente, do Grupo CCR, e-mail: elisa.silva@grupoccr.com.br (atuou como Coordenadora Geral do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), pelo grupo CCR)

^k Analista de Meio Ambiente, do Grupo CCR, e-mail: amanda.patricio@grupoccr.com.br (atuou como Coordenadora do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), pelo grupo CCR)

RESUMO

Neste texto divulgamos parte dos resultados da pesquisa etnoarqueológica desenvolvida com a Comunidade Quilombola Unidos de Lajeado, no contexto do Plano Básico Ambiental de um empreendimento no Estado do Rio Grande do Sul. Temos o objetivo de apresentar dois sítios arqueológicos localizados na cidade de Lajeado, sua caracterização e interpretações indicando a relevância e significância dos contextos registrados para os estudos arqueológicos de fazendas coloniais, bem como para compreensão da história regional. Procuramos destacar como os sítios arqueológicos são ativados pela comunidade e compreendidos como lugares de referência à sua tradição ancestral. Desse modo, são reivindicados como sítios arqueológicos quilombolas fundamentais para a preservação de seu território e patrimônio cultural da população negra regional.

PALAVRAS-CHAVE

Etnoarqueologia Quilombola; Fazendas Coloniais; Patrimônio Arqueológico.

ABSTRACT

In this text we present part of the results of the ethnoarchaeological research developed with the Community United Quilombolas of Lajeado, in the context of the Basic Environmental Plan of an enterprise in the State of Rio Grande do Sul. We aim to present two archaeological sites located in the city of Lajeado. Their characterization and interpretations indicate the relevance and significance of the recorded contexts for archaeological studies of colonial farms, as well as for understanding the regional history. We seek to highlight how archaeological sites are activated by the community and understood as places of reference to their ancestral tradition. This way, they are claimed as key quilombola archaeological sites for the preservation of their territory and cultural heritage of the regional black population.

KEYWORDS

Quilombola's Ethnoarchaeology; Colonial Farms; Archaeological Heritage.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ALMEIDA *et al.* Fazenda colonial como patrimônio arqueológico quilombola: interpretações, vivências, sentidos e narrativas sobre os sítios Mata de Taipas e Pedreira, no Vale do Taquari (RS). *Cadernos do Lepaarq*, v. XX, n.40, p.40-62, Jul-Dez. 2023.

INTRODUÇÃO

Ainda são pontuais as pesquisas de arqueologia do período colonial no Vale do Rio Taquari, no estado do Rio Grande do Sul. O conhecimento histórico já estabelecido sobre as fazendas em atividade na região durante o final do século XVIII e metade do século XIX, permanece com questões insolúveis e encobertas por uma ideologia colonial heroica e romantizada, distante da realidade ordinária e atroz que representou o colonialismo nas Américas (LOPES, 2021). Neste sentido, pesquisar os assentamentos coloniais desde uma abordagem crítica, para entender como suas estruturas foram planejadas e construídas, significa rever questões sobre as reais intenções da empreitada colonial, bem como suas consequências na transformação da paisagem com a exploração dos recursos ambientais e humanos dessa região.

Para que um desafio como este seja possível, torna-se imprescindível que a pesquisa arqueológica envolva discursos e interpretações dos agentes que engendram a manutenção de suas identidades e territorialidade, a partir das relações estabelecidas com esses lugares e seus elementos constitutivos. Esse artigo parte desse pressuposto e busca contribuir com a literatura arqueológica sobre as fazendas da região de Taquari. Desde uma abordagem etnoarqueológica desenvolvida junto com a Comunidade Quilombola Unidos de Lajeado, a pesquisa realizou, entre outras ações, o mapeamento e registro de dois sítios arqueológicos denominados Mata de Taipas e Pedreira, ambos reivindicados como patrimônio cultural quilombola.

Importante mencionar que este artigo é resultado de uma pesquisa interdisciplinar desenvolvida no âmbito de um Programa de Fortalecimento Institucional e Comunitário, para atendimento ao Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) formulado no processo de licenciamento ambiental das obras de Duplicação da BR-386/RS, entre os km 325+400 ao km 345+800, de responsabilidade da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (CCR ViaSul). Portanto, algumas condicionantes de cronograma foram impostas à pesquisa. Por outro lado, ela só pode ser desenvolvida, pois foi uma demanda da própria comunidade, fato que possibilitou o engajamento e colaboração entre seus membros e pesquisadores.

Desta forma, a pesquisa corresponde às novas vertentes da etnoarqueologia, como a “etnografia arqueológica”, que privilegia o engajamento crítico e reflexivo dos pesquisadores e coletivos diversos, bem como a intensa negociação das demandas do contexto local e do campo disciplinar (HAMILAKIS, 2011). Nessa vertente contemporânea, os vestígios arqueológicos são tratados em seus aspectos multitemporais, na medida que questões pertinentes ao conhecimento sobre o passado, não se sobrepõem aos complexos processos e relações que tais vestígios desencadeiam no presente etnográfico (HAMILAKIS & ANAGNOSTOPOULOS, 2009). As pesquisadoras e pesquisadores reconhecem o potencial de interação e diálogo com os múltiplos coletivos que habitam e se identificam com os sítios e coleções arqueológicas (BEZERRA, 2017; CABRAL, 2013; GOMES, COSTA, & SANTOS, 2014; GUARALDO ALMEIDA, PEDROSO & CAMPOS, 2020; LIMA, MORAES, & PARENTE, 2013).

Na tarefa de contribuir com o espaço de fala dos sujeitos envolvidos na pesquisa (MORAES,

COSTA, & JESUS, 2022), diferentes técnicas foram utilizadas para o registro da história oral, e, por meio da singularidade de seus depoimentos, contribuir com a preservação da memória coletiva (GONÇALVES & LISBOA, 2007; HARTEMANN, 2022). Como veremos, as narrativas dos membros da comunidade apresentam paralelos correspondentes a história colonial regional e seu desdobramento no atual racismo estrutural latente na sociedade local. Assim, os relatos orais daqueles que formam a comunidade hoje, devem ser tomados como histórias não documentadas de um grupo social negligenciado pela historiografia regional (MEIHY, 2005, p. 38; PIRES, 2016; 2021).

Portanto, os sítios arqueológicos serão abordados não apenas para entender sociedades do passado, mas também para ser fonte de aprofundamento da nossa compreensão sobre a relação das comunidades na atualidade, tornando os movimentos de sociabilização e compartilhamento etapas fundamentais das pesquisas e gestão destes patrimônios (CABRAL, PEREIRA, & BEZERRA, 2018). Dessa maneira essa experiência se configurou como um encontro entre sujeitos pautado pelo constante diálogo, pelo respeito mútuo e pela construção de confiabilidade entre os pesquisadores e os membros da comunidade. Em um movimento dialógico, os dados e informações foram compartilhados com a comunidade ao longo da pesquisa, criando uma dinâmica interativa de sugestões e direcionamentos, mais do que apenas validação dos resultados.

O texto está estruturado em cinco partes além da introdução e conclusão. Primeiro apresentamos os quilombolas Unidos de Lajeado, e posteriormente informações históricas sobre a região, seguida de um panorama sobre as fazendas no período colonial brasileiro na perspectiva arqueológica. Na quarta parte, os sítios arqueológicos são descritos e caracterizados, para enfim, adentrarmos nas relações da comunidade quilombola com esses lugares.

A COMUNIDADE UNIDOS DE LAJEADO

A Unidos de Lajeado é constituída como um grupo de descendência de uma personagem: o Vô Teobaldo. A noção de pertencimento está na órbita da família, onde se concentra também todo o conhecimento transmitido por esse ancestral e apreendido pelos seus descendentes. Vô Teobaldo era filho de moçambicanos trazido ao Brasil como escravizados em meados do século XIX, para trabalhar nas fazendas do Vale do Taquari. Conforme contam, ele nasceu escravizado no Brasil, mas fugiu ainda criança e cresceu como livre, constituiu família com Dona Talia e cultivou terras conquistadas por eles na localidade Morro de São Roque, em Arroio do Meio. A história de formação da comunidade tem início na trajetória de três filhos do casal: Rene, Alício e Riciere, que, ao se deslocarem do Morro de São Roque, formaram núcleos familiares na periferia da cidade de Lajeado, Cruzeiro do Sul e Estrela, mas tendo os bairros Planalto e Santo André, no município de Lajeado, como principal ponto de referência, onde plantaram raízes, germinando uma comunidade quilombola.

Vô Teobaldo é descrito como uma pessoa bondosa, calma e paciente, acumulando muita experiência de vida. Trabalhou na extração de madeiras e produção de taboas, além do ofício de carpinteiro, como cortador e serrador de pedras, na construção civil, construção de taipas de

pedra, e como cultivador da terra, um exímio agricultor. Mas toda a região do vale conhecia vô Teobaldo pela sua sabedoria no uso das ervas e pelo dom da benzedura. Ele era conhecido como *curandor*. Utilizava objetos como tesouras, cartas, copos e brasas, santos de devoção, orações e preces específicas, além claro, do manejo de ervas, cipós e plantas diversas, que são elementos que marcam a maneira pela qual o ofício de curandeiro e a benzedura se efetivam. Antes de falecer em meados da década de 1980, com cerca de 113 anos, Teobaldo deixou seus conhecimentos aos filhos e netos. Atualmente, os conhecimentos sobre as ervas e o dom da benzedura é um patrimônio vivo entre os quilombolas da comunidade Unidos de Lajeado.

A benzedura indica um corpo estruturado de saber que constantemente sofre mudanças, pode estar atrelada à dádiva e caridade, mas também como um ofício e trabalho. Atualmente a Sra. Ivani é a principal responsável pela continuidade do legado do seu avô. Embora tenham nuances que os diferencie em seus ofícios, aquele de curandor de Teobaldo, atravessa os saberes sobre as ervas e a benzedura exercida por Ivani. Suas irmãs Vera e Regina, também fazem benzeduras em caso de necessidade ou precisão e são reconhecidas nos círculos familiares e de vizinhança: “*não é questão de profissão, mas as pessoas procuram*” (Vera da Silva, entrevista em 05/07/2022).

Uma característica particular dos quilombolas da Unidos de Lajeado é a diversidade religiosa, havendo católicos, evangélicos e umbandistas. Todos referem-se a prática da benzedura e da cura como um patrimônio cultural da família, interpretado e praticado segundo suas próprias experiências e crenças. Outra característica é a configuração da comunidade no espaço urbana. Os processos e as formas espaciais que permeiam a identidade quilombola dessa comunidade estão em constante relação à existência e interesses de diferentes grupos sociais e políticas urbanas. Uma realidade que implica entender dinâmicos processos de ocupações, deslocamentos, reocupações, apropriações e transformações dos espaços, onde operam violentos contextos de exclusão, segregação e expropriação territorial. As histórias orais contam que quando os descendentes do vô Teobaldo migraram para Lajeado e se assentaram nos atuais bairros Planalto e Santo André, aquela região era toda *mato* e não havia bairro. Com a construção da rodovia BR-386, o eixo de expansão da malha urbana deixa de ser a margem do rio Taquari e segue o traçado da rodovia, criando novos bairros, como os atuais bairros Igrejinha e Planalto, onde se configura parte do território quilombola.

Com a expansão da malha urbana, o mercado imobiliário promove a especulação das novas áreas de habitação, elevando os custos de vida e inibindo a permanência da população menos favorecida monetariamente. A lógica desse processo é perversa, pois prioriza o capital em detrimento das pessoas, principalmente as pessoas negras. A população mais vulnerável é forçada a se deslocar para áreas ainda mais afastadas, muitas vezes, áreas cobertas pela mata nativa, onde iniciam uma nova ocupação periférica, perpetuando sua exclusão social e ambiental. A população quilombola da comunidade Unidos de Lajeado vem sofrendo com o processo de expansão urbana em operação. Com as obras de duplicação da BR-386, o mercado imobiliário promove uma rodada de especulação das áreas dos bairros Planalto, Santo André e Igrejinha.

Onde antes eram terrenos de matas, áreas manejadas e modificadas pelos quilombolas com o cultivo de ervas para a prática de cura e uso religioso, atualmente são áreas loteadas, cercadas e com muros impedindo acesso.

A HISTÓRIA DO LUGAR

As primeiras ocupações no município de Lajeado foram empreendidas por povos indígenas dos troncos linguísticos Jê e Tupi. A literatura especializada indica que os grupos Jê Meridionais chegaram na região do Vale do Taquari há cerca de 1.200 anos antes do presente (AP) e ocuparam, preferencialmente, terras altas acima de 500 metros de altitude (KREUTZ, 2008). O complexo padrão de mobilidade envolvia o manejo florestal, transformando profundamente a paisagem, cuja hipótese sobre a atual distribuição das florestas de araucária estaria relacionada com a história de ocupação desses povos.

A partir de 600 anos AP há evidências da migração de grupos Guarani para a região. O padrão de assentamento é marcado pela constituição de aldeias nas planícies dos rios e arroios, cuja disponibilidade dos solos férteis favorecia os cultivos, além de serem fundamentais para a pesca e a navegação. A cultura material é caracterizada pela produção cerâmica utilitária e ritual, especialmente aquela relacionada aos ritos funerários (KREUTZ & MACHADO, 2017, p. 30).

As fontes históricas indicam que processo de colonização da região teve início com a chegada do padre Francisco Jimenez, em 1635, com o objetivo de conhecer os indígenas e registrar seus modos de vida. A invasão colonial no Vale do rio Taquari foi parte dos interesses ibéricos para conquistar os territórios dos povos nativos e Portugal efetiva seu domínio do vale a partir de 1750, com a distribuição de sesmarias. As primeiras doações foram recebidas pelo Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme, que patrocinaram a imigração de casais açorianos (CHRISTILLINO, 2004). A consolidação do domínio português se relaciona ao movimento de transferência de proprietários e políticos que residiam em Porto Alegre para a região. Entre estes, os irmãos João e José Inácio Teixeira chegaram em Lajeado por volta de 1794, com a proposta de organizarem uma sociedade imobiliária. Para tanto, solicitaram do governo português sesmarias, onde instalaram dezenas de fazendas escravagistas produtoras de erva-mate, trigo e extração de madeira (SPOHR, 2018).

Muitas fazendas foram edificadas em regiões onde as disputas territoriais eram recorrentes, servindo como estratégia para a expansão das terras invadidas pelos colonizadores. A lógica era derrubar as matas e povoar os territórios indígenas com africanos escravizados, direcionados para a agricultura e pecuária. Os proprietários das fazendas não habitavam suas sedes. Os capatazes administravam e moravam nas casas sedes das fazendas com suas famílias e os escravizados que trabalhavam na casa. Os peões e os escravizados que trabalhavam no campo habitavam os barracões e as senzalas. Essas fazendas eram chamadas de “pertences do tráfego”, ou seja, eram meios necessários para a derrubada do mato, extração da madeira de lei, amarração das toras secas para formar as balsas sobre as quais colocavam erva-mate (SCHIERHOLT, 1992).

As madeiras eram vendidas e utilizadas como material construtivo nas moradias, benfeitorias e portos, para fabricação de ferramentas do campo, barcos e demais utensílios necessários. No primeiro momento, devido às intensas disputas com os nativos da terra, as edificações fizeram uso de materiais expedientes, como madeiras, pedras brutas, taquaras e barro. A partir da estabilização dos conflitos com a tomada dos territórios indígenas, as construções adquiriram um caráter mais definitivo e o material remetia a edificações mais duradouras, passou-se a empregar materiais mais sólidos e duráveis como tijolos, telhas de barro e pedras de arenito e basalto chanfradas (SPENNER, 2013).

No território de Lajeado e entorno estabeleceram as fazendas de São Gabriel de Estrela (atual Cruzeiro do Sul), São Bento, Conventos, Carneiros ou Lajeado e São Caetano (atual Arroio do Meio). A sociedade imobiliária dos irmãos Teixeira foi desfeita em 10 de setembro de 1824. Na época, havia 300 africanos escravizados nas fazendas da sociedade. Com o fim do empreendimento colonizador os escravizados foram abandonados e alguns aproveitaram a ocasião para fugir. No mesmo período ocorreu a Revolução Farroupilha que contribuiu para o abandono das fazendas (SCHIERHOLT, 1992).

Em 1855, Antônio Fialho de Vargas juntamente com seu irmão Manoel Fialho de Vargas Filho e João Baptista Soares da Silveira e Souza (padrinho de Manoel), adquiriram em sociedade duas fazendas localizadas na margem direita do rio Taquari, as fazendas Conventos e Carneiros (ou Lajeado). De acordo com Gregory (2019), as fazendas foram adquiridas da empresa Claussen e Companhia, de propriedade de Christiano Hermann Claussen e sua esposa, Joanna Manoela Rodrigues Claussen. A propriedade fazia divisa ao Sul com a fazenda São Bento, delimitada pelo Arroio Moinhos; pelo Norte com a Fazenda São Caetano e outras terras devolutas, tendo o arroio Forqueta como divisa; pelo Leste com o rio Taquari e pelo Oeste com terras devolutas.

No mesmo ano de 1855, a empresa Baptista Fialho & Cia fundou a Colônia dos Conventos, com 22.275.000 braças quadradas de terras, o equivalente à cerca de 10.781 hectares, localizada no território das duas fazendas. No ano de 1859, a área comprada estava toda dividida em lotes coloniais, que eram vendidos aos colonos nacionais e estrangeiros por um preço fixo na venda, à vista ou a prazo. No ano de 1862, a empresa comprou mais quatro léguas quadradas (9.323 ha) do governo provincial e aumentou o território da colônia (GREGORY, 2019).

A Figura 1 apresenta um recorte do Mapa do Município de Estrela no ano de 1887, adaptado para destacar a localização do sítio Mata de Taipas. Ele se insere nos limites da fazenda Conventos, assim como o sítio Pedreira, que está a um quilômetro ao sul.

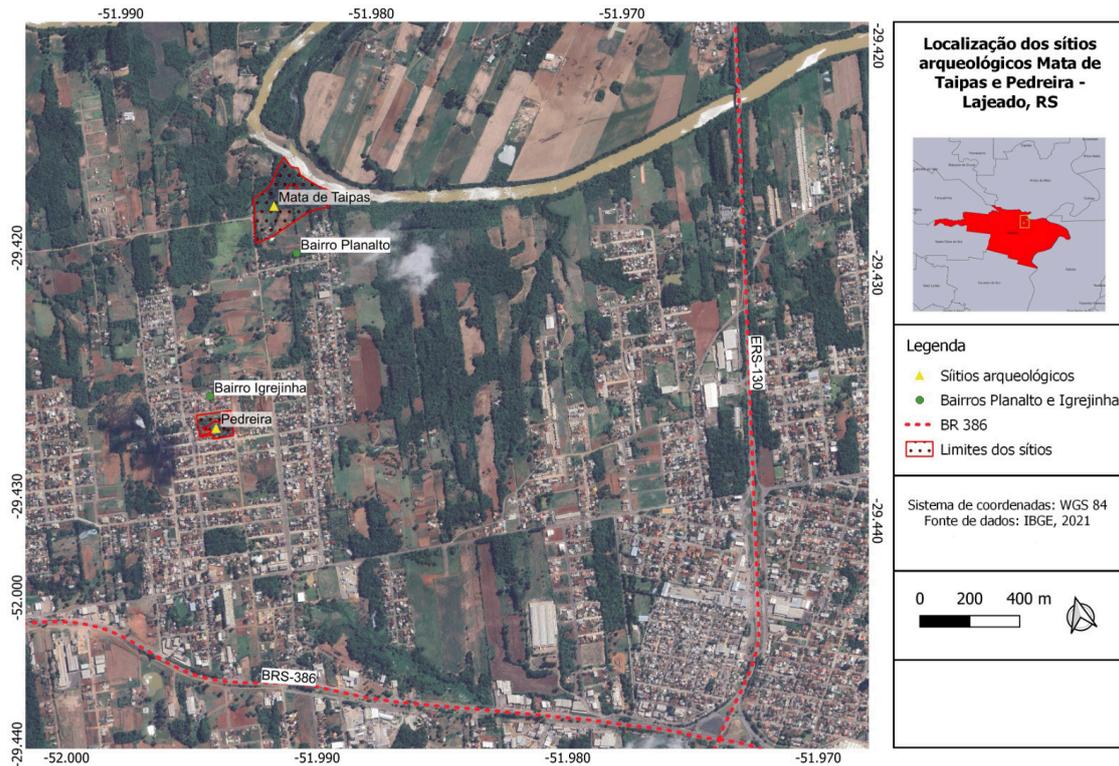


Figura 1: Mapa de 1887, com a localização aproximada do sítio Mata de Taipas

BREVE PANORAMA SOBRE AS FAZENDAS COLONIAIS

Na literatura arqueológica sobre fazendas coloniais, os padrões arquitetônicos são pensados sobre a ótica foucaultiana das relações hierárquicas de poder (FOUCAULT, 2000). Independente da região ou produção para qual a fazenda foi arquitetada, a casa do senhor ocupa o centro das relações, podendo estar, inclusive, no centro espacial das demais estruturas existentes (SOUZA, 2016; PEIXOTO, 2019; LIMA, 2011; SYMANSKI, 2012).

As primeiras fazendas coloniais no Brasil foram os engenhos de açúcar. Nestas propriedades, o padrão de distribuição das edificações estava estruturado entre a parte mais elevada do terreno, onde era construída a casa-grande e a igreja ao lado, a fábrica (engenho) na meia encosta e a senzala na parte inferior (SYMANSKI, 2012; PEIXOTO, 2019; SOUZA, 2016). Já as fazendas de café do sudeste estavam estruturadas com a casa sede e a senzala do tipo casarão em “L” ou em “U”, com o terreiro de café no centro. (LIMA, 2011; SYMANSKI & GOMES, 2012). Em ambos os cenários, as edificações estavam estruturadas para manter o controle e reforçava a hierarquia social. A partir da varanda da casa sede, o proprietário possuía ampla visão para as demais dependências da fazenda, onde os subalternos permaneciam em uma cota topográfica inferior.

No Rio Grande do Sul, o padrão de fazenda que reinou como modelo arquitetônico durante o período colonial foi o das fazendas de pecuária, conhecidas como estâncias. Apesar da vida ser bastante modesta e o conforto escasso, a arquitetura estancieira foi idealizada como modelo de ostentação no estado (SPENNER, 2013, p. 55). Por padrão, a casa sede era a única edificação

do conjunto arquitetônico que ficava suspensa do solo. Geralmente, havia um porão na parte de baixo da casa, com altura de uma pessoa ou menor. Assim, “a casa era construída para estar “em posição de destaque, com uma fachada que se impunha sobre as demais paredes”, normalmente virada para o leste e o norte. Adjacente à casa havia o pomar e o jardim, sendo completada com uma capela (SPENNER, 2013, p. 57).

Durante sua pesquisa de doutorado, Sergio Nunes Lopes (2021) realizou escavações em quatro fazendas localizadas na margem esquerda do rio Taquari. Segundo ele, as principais estruturas das fazendas remontam ao início do século XIX, todas erguidas por africanos, seguindo alguns padrões possíveis de identificação. Os engenhos eram movidos por energia hidráulica, com canalização de pequeno arroio próximo à sede. A casa sede era feita de pedra, construída estrategicamente próxima aos rios principais. Todas as fazendas faziam uso do rio para escoamento de suas produções até Porto Alegre, principalmente as toras de madeiras cortadas e amarradas, já que a produção de tábuas de pinho era a primeira atividade produtiva dos colonos.

Ainda segundo Lopes, o segundo ramo mais importante da economia dessas fazendas coloniais era a extração de erva mate, amplamente difundida nas regiões serranas. Além dessas, a extração de pedra é descrita também como importante atividade econômica, sendo praticada nas pedreiras próximas das sedes ou nas margens dos rios. A produção agrária era apenas para subsistência, portanto, as principais atividades produtivas das fazendas estavam baseadas no extrativismo (LOPES, 2021, pp. 193-194). Como veremos, o conjunto formado pelos sítios Mata de Taipas e Pedreira, apresenta a mesma estrutura descrita por Lopes.

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

O sítio Mata de Taipas está implantado à margem direita do Rio Forqueta, o qual, por sua vez, desagua na margem direita do rio Taquari. Se caracteriza por um complexo de estruturas arqueológicas com ruínas de uma casa com alicerce de pedra lavrada e outras estruturas associadas como arrimos e muros (taipas), poços e porto em uma área de aproximadamente 40.000 metros. Algumas dessas estruturas apresentam elevado grau de conservação, parte relacionada à ocupação em período colonial e outra em período mais recente e contemporâneo. Tudo indica que as ruínas expostas foram erguidas para servir de sede de uma fazenda abrigando africanos escravizados. Desde então, o local vem sendo conservado pelas sucessivas ocupações, com reformas, complementos, desmonte e uso do espaço como área de moradia, captação de recursos, lugar ritualístico e referencial simbólico de pertencimento e identidade.

Os caminhamentos na área identificaram fragmentos de cerâmica indígena tanto na média quanto na baixa vertente. Ao todo foram identificados três fragmentos de cerâmica corrugada e um de cerâmica pintada. A cerâmica pintada é um fragmento de borda, com engobo branco e uma faixa em pigmento vermelho sob a borda. Apesar da baixa densidade desses fragmentos no local, sua presença sinaliza ao menos duas hipóteses: i) a possibilidade de haver contextos arqueológicos de ocupação indígena enterrados no sítio. Neste caso, o lugar configura-se como

um palimpsesto de sucessivas ocupações por diferentes grupos étnicos; e ii) as cerâmicas possam ser contemporâneas às estruturas da fazenda. Fato que leva a crer que havia população indígena habitando a fazenda. Não obstante às incertezas, é importante pontuar ambas as possibilidades para mostrar a importância do sítio Mata de Taipas para melhor compreender a história da região.



Figura 2: Fragmento de cerâmica corrugada (Foto: Fábio Guaraldo); e Figura 3: Fragmento de cerâmica pintada (Foto: Jaqueline Gomes).

Para além das cerâmicas indígenas, o sítio Mata de Taipas é caracterizado por estruturas de pedras construídas através da técnica de alvenaria de pedra seca (ALBERNAZ, 1997-1998, pp. 33). Chamadas regionalmente de taipas ou muros de taipas, há um conhecimento generalizado sobre suas funções como arrimo, divisa e/ou delimitadoras de propriedades, indicador de caminhos e para o manejo pecuário. O trabalho topográfico permitiu identificar diversas taipas soterradas entre a serapilheira da mata, que não haviam sido encontradas pelos caminhamentos na área, devido à baixa visibilidade da superfície do terreno. Algumas taipas estão em ruínas e outras estruturadas. Sua largura varia entre 30 e 40 cm e a altura não pode ser considerada por estarem colapsadas. O material construtivo é constituído por blocos de arenito e basalto brutos e lavrados, cujas dimensões são variadas. A maioria é de grande porte com medidas entre 70 e 50 cm, havendo blocos de tamanhos menores, que variam entre 20 e 30 cm.



Figura 4 e 5: Taipas, denominadas como 5 e 6, respectivamente, na figura seguinte (Fotos: Fabio Guaraldo).

A taipa de maior extensão possui cerca de 100 metros e termina nas ruínas da sede da fazenda (ver Fig. 6). Denominada taipa 6 (Fig. 5), ela delimita a porção oeste da área de moradia, privando o espaço residencial da família das demais áreas da fazenda, onde os trabalhadores circulavam. Possivelmente, no espaço delimitado entre a casa e a Taipa 6, havia um espaço externo privativo dos moradores da casa. Provavelmente, abrigava um pomar de árvores frutíferas, cujos resquícios resistem ao tempo na forma de laranjeiras e tangerineiras (bergamotas) abandonadas em meio a vegetação. Além das árvores, dois poços de captação d'água foram encontrados nessa área. O primeiro está localizado no final de um caminho que tem início na porta dos fundos da casa. E o segundo está à cerca de 20 metros ao sul do primeiro. Ambos são poços cilíndricos, construídos com blocos de rocha lavrada. O poço 2 passou por uma reconstituição ou reforma na parte superior, com a adaptação de uma estrutura retangular construída com tijolos sobre o fundo cilíndrico.

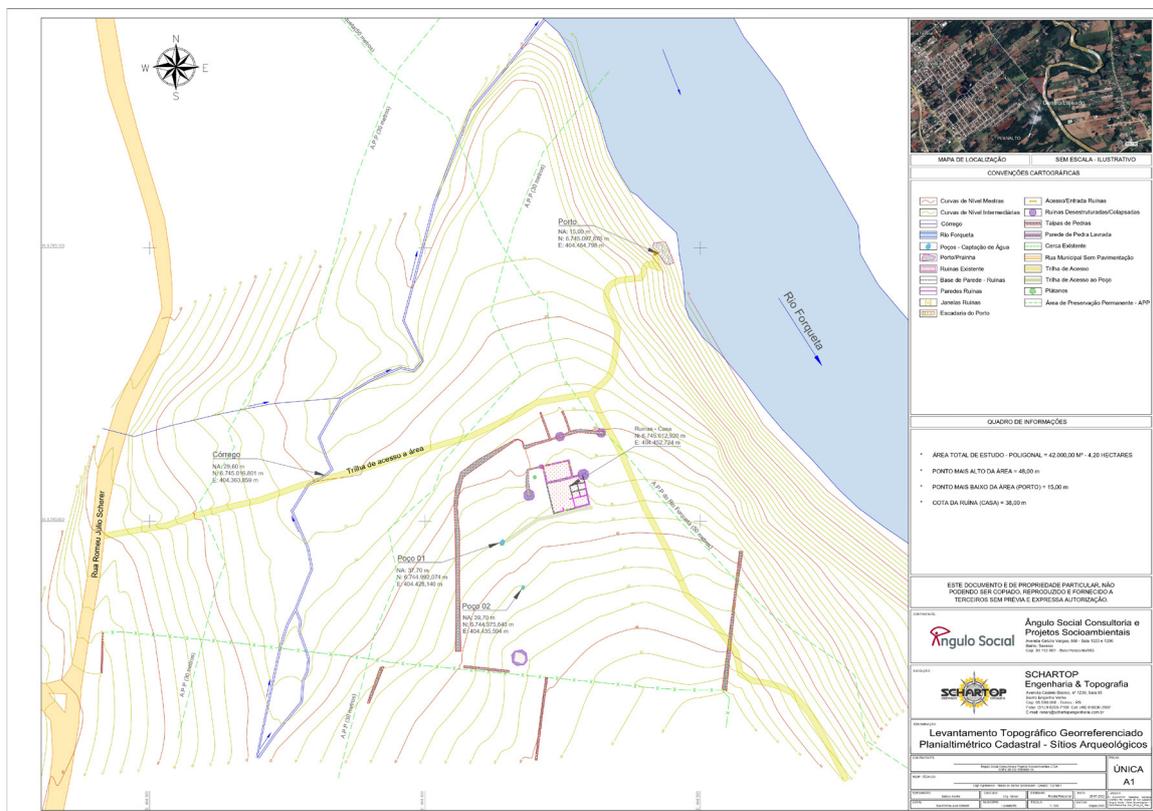


Figura 6: Planta topográfica do Sítio Mata de Taipas.

No início da Taipa 6, em frente à casa, há um conjunto de três taipas articuladas, construídas com rochas brutas na base e blocos de rochas lavradas nas partes superior. Apesar de estarem em ruínas, com alguns pontos completamente desestruturadas, sua extensão e formato são possíveis de reconstituição. A taipa maior foi construída no sentido leste/oeste, com cerca de 30 metros, e as outras duas perpendiculares no sentido norte/sul, com 10 metros e 10,5 metros de extensão e um vão entre elas de 10 metros. Elas estão implantadas em frente as ruínas da casa sede, com abertura para o lado oposto da fachada. Supostamente, podem ter sido um estábulo para recolher equinos utilizados no transporte de cargas e pessoas. Essa hipótese é reforçada por dois fragmentos de estribos de ferro encontrados no local.

Entre o suposto estábulo e a fachada da casa sede há um pátio de 10 metros de largura. A casa tem formato retangular, com fachada para norte, de face para o rio Forqueta. Na lateral oeste havia um jardim interno medindo 6 x 10 metros, bem delimitado por um muro de arrimo, com um plátano majestoso no centro. A taipa do muro de arrimo foi construída com rochas brutas e lavradas de tamanho variado entre 70 x 50 cm e menor do que 30 x 20 cm. Tudo indica que a estrutura foi preservada devido as ocupações mais recentes, que instalaram uma manilha de cimento para escoar água, evitando represamento e sobrecarga no muro de arrimo.

A construção da casa sede considerou a declividade do terreno e a arquitetura pode ser dividida em dois setores: a área norte dessa estrutura doméstica denominamos setor A, implantada na cota mais baixa, e o setor B encontra-se ao fundo, na cota mais elevada. Conforme pode ser visto na planta baixa da casa, o setor A, frontal, é um retângulo de 10 metros de frente e 6,85 m. de lado. Todas as paredes possuem entre 50 a 60 cm de largura, construídas com blocos de rochas lavradas. A fachada tem cerca de 1,60 metros de altura na parte externa e 1,40 metros na parte interna.

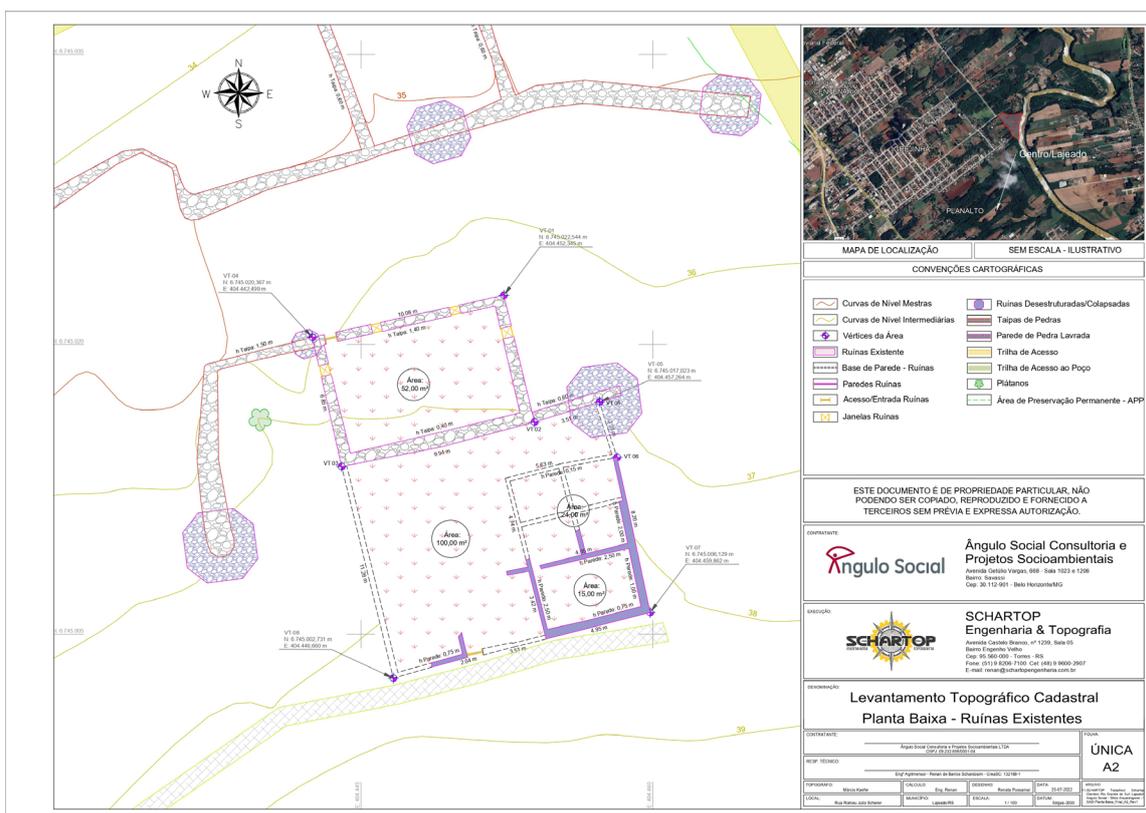


Figura 7: Planta baixa da casa sede

A edificação foi construída sobre uma base de 10 a 20 cm de rocha bruta e as paredes em blocos de rochas lavradas de tamanhos diversos (entre 60 cm de comprimento por 15 cm de altura até as menores medindo 20 x 10 cm). A construção impressiona pela preocupação em não deixar vazamento entre os blocos. Todos foram encaixados cuidadosamente, sem o uso de argamassa, com a técnica de junta seca ou alvenaria de pedra seca. Alguns poucos vãos foram preenchidos e blocos calçados com lascas do mesmo material construtivo. Possivelmente, a maior preocupação

era com a temperatura, uma vez que a proximidade com o rio ocasiona ventos gelados no inverno. Há poucos vestígios remanescentes do reboco feito de barro, provavelmente, preparado para adquirir maior elasticidade e ser alisado formando uma fina camada sobre a parede.

A fachada tem duas janelas (no leste e no centro) e uma porta na extremidade oeste, ao lado do muro do jardim interno. O vão da porta mede 80 cm de largura e ambas as janelas medem 50 cm. Cada uma das paredes laterais também possui janelas próximas a fachada, com abertura padronizada em 50 cm de largura. Tanto a porta como as janelas não possuem parte superior, portanto, a altura é incerta, provavelmente acompanham o teto. Supõem-se que esta parte frontal fosse um porão, pois a parte superior das paredes são retas e estão alinhadas com a cota da base da segunda parte da estrutura da casa, denominado setor B.

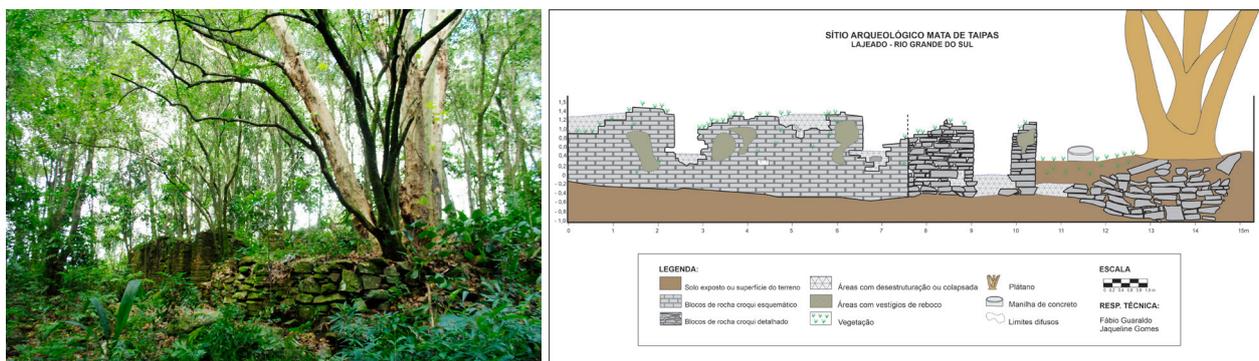


Figura 8: Fachada das ruínas (Foto: Jaqueline Gomes, 2022); e Figura 9: Desenho técnico da fachada (Desenho: Fábio Guaraldo e Jaqueline Gomes, 2022)

O setor B da casa é um quadrado de 11,3 metros. As paredes estão em ruínas, com muitos blocos de rochas lavradas, tijolos e outros materiais construtivos enterrados pela vegetação que cresce em meio aos escombros. A parede do fundo do setor A se estende 3,5 metros para leste, além da estrutura, formando um muro de arrimo ou alicerce sobre o qual se estende a porção nordeste da estrutura B. Na porção oposta, a parede oeste segue alinhada a parede do setor A, adjacente ao jardim interno, com vista para a área do antigo pomar. Na extremidade sul da estrutura do setor B, é possível identificar uma porta, com vão de 80 cm, cujo acesso fornece a trilha que leva ao poço d'água. Provavelmente este espaço era utilizado pelos serventes da casa, responsáveis pelo abastecimento d'água, para consumo e limpeza pessoal e dos utensílios domésticos.

Na porção sudeste do setor B, as paredes apresentam marcas de reformas, possivelmente, um momento de reocupação da área. Algumas paredes revelam a técnica construtiva com dois tipos de materiais: parte é construída com blocos lavrados e outra com tijolos de barro queimado. Foi possível identificar a técnica de amarração em cruz, na delimitação dos espaços internos da casa substituindo pilares. As paredes apresentam argamassa de barro cru e reboco feito de cimento. Na parte superior das paredes restam algumas vigas construídas de concreto com arame farpado. Sergio Lopes interpreta a presença de materiais industrializados como “perturbação antrópica a partir da inserção de materiais contemporâneos sobrepondo o material construtivo original”. Esse processo é identificado nas ruínas do sítio Mata de Taipas, onde a casa sede da antiga

fazenda permaneceu sendo ocupada e suas estruturas “adaptadas a confortos contemporâneos como a energia elétrica, por exemplo” (Lopes, 2021, pp. 90).

A partir de um exercício de reconfiguração da construção original, podemos observar no sítio Mata de Taipas o padrão arquitetônico das estâncias, planejado para exibir a soberania do proprietário, como também para impor seu controle sobre a vida social em sua propriedade. Sendo o ambiente doméstico uma estrutura de poder complexa, observa-se os quartos e sala da casa construídos na cota superior (setor B), com vistas para o jardim interno e para a área de pomar no lado oeste e o campo e o rio no lado leste. A parte de trás seria a cozinha, com acesso às fontes d'água. O espaço residencial reservado a família do senhor ou do seu capataz foi cuidadosamente planejado para limitar e controlar o acesso exterior e o contato de estranhos com membros da casa, ao mesmo tempo em que ampliou a área de convívio dos internos, incluindo a área do pomar e jardim interno.

Imbuída de componentes ideológicos que determinam a forma e a estruturação dos espaços, as edificações do sítio Mata de Taipas foram simbolicamente estruturas para impor e manter distinções sociais entre senhores e serventes escravizados. Sobre o setor A deveria haver a varanda frontal, que se estendia em cota elevada sobre as outras construções e o pátio. O pátio era o local de encontro dos serviçais no início e no final do dia, onde levavam os animais e, certamente, paravam para pitar um tabaco e contar os causos do dia de trabalho. O pátio dava acesso para o porão ou senzala, onde provavelmente dormiam os escravizados domésticos, destinados aos trabalhos da casa e a companhia das senhoras. Essas pessoas participavam ativamente da vida social dos demais trabalhadores da fazenda, por isso eram motivo de preocupação para o senhor. Ao participar da vida privada da casa do senhor, os escravizados domésticos poderiam atuar como informantes levando informações para os demais escravizados e serviçais da fazenda. Isso explica a opressão imposta pela arquitetura, cuja varanda da casa se estendia sobre a senzala, imprimindo sobre os corpos a estrutura hierárquica de poder existente na relação social. Entretanto, esta estrutura não era apenas simbólica. Com a fachada virada para norte, o proprietário vigiava e controlava toda a movimentação de quem chegava à cavalo ou quem aportava de barco no porto.

Quanto ao sítio Pedreira, trata-se de um afloramento rochoso de basalto e arenito. Localizado a menos de 1 km do sítio Mata de Taipas, na média vertente, com vista para o rio Forqueta, em meio ao bairro Planalto, sua área é delimitada por vias asfaltadas e casas. Ao todo são 15.272 metros quadrados, de uma quadra caracterizada pelo afloramento, com blocos de basalto e arenito com marcas de retiradas intencionais. Provavelmente, está associada ao período de ocupação do sítio Mata de Taipas, quando uma das atividades dos africanos e afrodescendentes trabalhadores da fazenda era o extrativismo de pedras utilizadas na construção civil.

O caminhamento realizado na área registrou diversas marcas de negativos da retirada de blocos do afloramento e nos próprios blocos retirados. Os negativos indicam inclusive o tipo de ferramenta utilizada e os gestos manuais empregados na tarefa. Possivelmente, a ferramenta utilizada era a picareta manual, com auxílio de um martelo. Um árduo trabalho realizado em situa-

ções degradantes e insalubres, que se estendia no processo de lavrar as rochas e transforma-las em blocos com medidas padronizadas utilizados nas construções. Os artesões deste ofício eram denominados quebrador e serrador de pedras, respectivamente. Praticada pelos africanos e afro-descendentes no período escravizados, seus ascendentes permaneceram empregados nesse tipo de atividades mesmo após a abolição.



Figuras 10 e 11: Blocos de rochas destacados do afloramento na Pedreira. Fotos: Fabio Guaraldo



Figuras 12 e 13: Blocos de rochas com marcas de talhagem. Fotos: Jaqueline Gomes

O trabalho dos quebradores e serradores de pedras foi fundamental para a construção civil regional até meados do século XIX. A técnica de junta seca ou alvenaria de pedra seca é utilizada até os dias de hoje, mas com outra matéria-prima. Como os africanos sabiam realizar essa técnica e eram responsáveis por transmiti-la, eles ficaram reconhecidos como detentores desse saber arquitetônico. Os ascendentes dos membros da comunidade Unidos do Lajeado praticavam esse ofício e sabiam construir taipas e casas de pedra. Por isso, atualmente, as taipas de pedras são parte da cultura material associada a população negra do Vale do Taquari. Segundo os quilombolas, todos sabem que as taipas de pedra são estruturas construídas por africanos e seus descendentes: *“Onde há uma taipa de pedra é porque ali passou um negro”* (Camila Marques, entrevista em 12/07/2022).

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO QUILOMBOLA: VIVÊNCIAS, SENTIDOS E NARRATIVAS SOBRE OS SÍTIOS

As relações entre os coletivos contemporâneos e o patrimônio arqueológico vem sendo tema de ampla reflexão na comunidade especializada. Entre as perspectivas mais instigantes, estão aquelas que privilegiam os encontros entre diferentes sistemas de conhecimento, não necessariamente pelo consenso e fusão de narrativas (CABRAL, 2016, p.79). Enquanto especialistas da Arqueologia oferecem informações tais como as que acabamos de apresentar nos itens anteriores, os coletivos contemporâneos dão vida aos sítios arqueológicos conferindo aos vestígios significações sensíveis e íntimas com o passado e memória coletiva do presente. Esse é o caso da comunidade Unidos de Lajeado, já que as estruturas e ruínas do Sítio Mata de Taipas e Pedreira possuem significados singulares para os quilombolas, e o modo como se dá a operação e construção desses sentidos é atravessado pelo conhecimento tradicional em múltiplas instâncias.

A participação dos quilombolas nos permitiu identificar elementos presentes na paisagem que são inacessíveis ao trabalho técnico dos arqueólogos e arqueólogas sem um vínculo afetivo com o lugar. Aspectos do acervo pessoal e conhecimento informado por trajetórias de vida, são acionados por elementos diversos que formam a materialidade dos lugares. Plantas, objetos e estruturas, mas também eventos e memórias, sonhos e visões, orientam as relações subjetivas e sociais da comunidade com os sítios, materializando narrativas, histórias e identidades.

As taipas destacam-se como um dos suportes materiais que caracterizam os dois sítios arqueológicos para os quilombolas. Elas ativam lembranças de pessoas e lugares, como, por exemplo, do Sr. Riciere, que trabalhou como cortador de pedras, e os momentos de confraternização e celebrações familiares vivenciadas em Morro de São Roque, com a presença do Vô Teobaldo. Ainda hoje, a paisagem no Morro de São Roque é marcada pelas taipas de pedras, construídas pelo Vô Teobaldo como divisórias de áreas de manejo dos animais ou muros de arrimo. Ainda que o uso e técnica sejam difundidas na região até hoje, muito devido a disponibilidade de rochas, o saber-fazer taipas de pedra é um conhecimento reivindicado pela população negra, por serem as pessoas responsáveis, desde a colonização, por talhar as fontes de matéria-prima nos abundantes afloramentos rochosos e lavar os blocos para moldar os encaixes.

A “arte das paredes de pedra seca” é uma técnica difundida na Europa, os primeiros colonizadores europeus trouxeram esse conhecimento e direcionaram os africanos na condição de escravizados para realizarem o árduo serviço. Onde havia africanos escravizados e pedras para servirem de matéria-prima, a técnica da pedra seca foi empregada em larga escala na arquitetura colonial (SANTOS, 1951). Com o tempo, a técnica foi difundida entre os afrodescendentes, os quais permaneceram empregando o conhecimento do saber-fazer em suas próprias moradias e terras cultivadas em espaços de liberdade. Nestes termos, a existência das taipas de pedras na paisagem do Vale do Taquari deve ser considerado um registro da presença africana e afro-brasileira no local, propagado enquanto conhecimento especializado da construção civil apropriada pelos africanos e afrodescendentes da região, desde os tempos coloniais. Portanto, são reconhecidas como patrimô-

nio arquitetônico para a população negra e, particularmente, à comunidade quilombola.

É comum que os netos de Teobaldo, filhos de Renê, relatem memórias de infância sobre a convivência com as ruínas do sítio Mata de Taipas, as caminhadas pelas trilhas que levavam até as margens do Rio Forqueta, das brincadeiras e banhos de rio, e dos vários pontos de pesca que frequentavam, que são utilizados até hoje por membros da comunidade. Mas se naquele tempo, a paisagem era marcada pela mata, pelos caminhos e trilhas de terra e plantações, hoje os pequenos lotes, casas adensadas e ruas asfaltadas, fazem pressão sobre os pequenos fragmentos de mata que ainda resistem no bairro e, de certa forma, preservam os sítios arqueológicos.

Os quilombolas acostumados a frequentar esses lugares, são responsáveis pela manutenção das trilhas, objetos e estruturas. Eles se sentem próximos aos sítios, seja por conhecê-los desde muito jovens, mas também por fazerem uso dos recursos naturais encontrados na mata que preservam. Periodicamente, há incursões em busca de ervas e plantas medicinais, como a tanchagem, cipó milombo, salsaparilha, pé de vaca, entre outras. Para eles, a preservação desses lugares está relacionada a saúde e vida, a própria preservação da comunidade. Mas esse caminhar pelo sítio requer um protocolo específico. A primeira tarefa é encontrar um bom pedaço de madeira, um galho que possa fazer a vez de um cajado, que é usado para bater no chão, não como um mero apoio, mas indicando que as pessoas estão “*entrando na mata*” e pedindo licença. Na saída da mata o cajado é descartado, permanecendo no local de origem.



Figura 14: Camila Marques e Jaqueline Gomes no sítio Mata de Taipas (Foto: Fabio Guaraldo, 2022)

Há um consenso que os fragmentos e objetos arqueológicos existentes no sítio não são “revelados” para qualquer pessoa. Existe um protocolo a ser seguido para que entidades e seres que exercem domínio sobre aquele lugar revelem seus materiais. Camila Marques e Ivanir da Silva explicam: “*várias pessoas passam por aqui, a gente mesmo passa várias vezes por esse lugar e não presta atenção, não enxerga [os objetos] e depois [de pedir a permissão] eles aparecem*”. Para elas, os materiais arqueológicos são revelados pelos seres que habitam o sítio.

Diferentes pessoas guardam em suas casas fragmentos de objetos e utensílios encontrados no sítio. Nesse acervo de interesse histórico e arqueológico, os objetos em metal estão em destaque. Eles apresentam grande variabilidade que está relacionada às suas diferentes funções: construtivas (cravos, pregos, dobradiças, arames farpados); agrícolas (fragmentos de enxadas, foices, machados); equestres (freio de ferro, estribos) e domésticas (panelas, ferro de passar, etc), além de fragmentos de tesoura de tosquia, rodas e amortecedores de bicicleta. Contudo, chamam atenção dos quilombolas, aqueles que podem ser associados às ferramentas de castigo: argolas tidas como libambos e tornozeleiras, correntes de ferro forjado, que indicam antiguidade e possíveis correlações com instrumentos de punição e cerceamento. Os objetos constituem uma espécie de testemunho da violência do aparato utilizado na escravidão.

Enquanto os objetos são revelados apenas para pessoas selecionadas, o majestoso plátano se destaca aos olhos de todos. É uma árvore típica de jardins urbanos europeus, decídua, de grande porte que pode chegar até 50 metros de altura e frequente em áreas antrópicas. Embora seja difícil determinar sua idade, a comunidade foi em busca de informações botânicas no Jardim Botânico de Lajeado. De posse de fotografias conversaram com especialistas, que estimaram uma antiguidade em cerca de 200 anos¹. Assim, para a comunidade, não somente as taipas indicam que mãos negras produziram aquelas estruturas, mas negros sob o regime de escravidão.

O respeito pelo lugar e seus elementos visíveis e invisíveis é um modo operante do comportamento quilombola, havendo um circuito bem demarcado de trilhas entre os diferentes elementos estruturais que compõem o sítio Mata de Taipas. Somente aquelas que levam ao porto e às estruturas que rodeiam o setor A são mais marcadas. A conformação plana da área contribui para contemplação das ruínas, além de ponto de encontro onde a comunidade se reuniu algumas vezes para sociabilizar e celebrar durante de mobilização da luta pelo reconhecimento da identidade quilombola.

Já o setor B que apresenta maior concentração de escombros e sinais de prováveis reocupações, é menos acessado, fato explicado pelas sensações que provocam. Mas a área aos fundos da estrutura doméstica, marcada pelo trilho de acesso aos poços de captação d’água, é usada em rituais de oferenda. Ao caminhar por ali, Camila Marques ressaltou o dinamismo da

1 Sem dúvidas, a planta pode se configurar como um vestígio mais passível de datação relativa do contexto arqueológico do sítio. Há estudos com média de idade de plátanos, considerando a relação entre diâmetro e altura desses indivíduos arbóreos na região fisiográfica Depressão Central do Rio Grande do Sul, na qual o município de Lajeado faz parte. Segundo o estudo, os plátanos amostrados com DAP’s entre 32 e 48 cm, possuem idades que variaram entre 18 e 30 anos (GATTO, 2006).

paisagem: “*aqui tudo muda de lugar*”. No seu esforço de tradução, indicava como o sítio era habitado por entidades, e assim tangencia diferentes dimensões do perceptível, sejam elas espaciais, temporais e, também, espirituais relacionadas a religiosidade de matriz africana. Naquela ocasião foi sugerida à equipe de pesquisadores e topógrafos, degustar doces e balas e distribuir outros pela mata como oferenda aos erês² que povoam o lugar. Alguns quilombolas praticantes da Umbanda, como a Camila, entendem o sítio arqueológico Mata de Taipas como lugar de reverência, sendo ela própria incumbida de realizar oferendas e fazer assentamentos no local³. Por isso, toda vez que Camila adentra ao sítio, deve seguir o protocolo e referendar as entidades lá assentadas.

No afloramento rochoso onde provavelmente era um porto da fazenda, na maré baixa uma pequena faixa de areia é exposta e permite chegar até água, onde rituais de lavar os rostos e oferendas são praticados. Trata-se de uma referência às tradições praticadas pelo Vô Teobaldo. Entre elas, os ritos que envolvem a Sexta-feira Santa, carinhosamente lembrados pelos quilombolas: as crianças deviam guardar o dia para rezas, de modo a não brincarem, subirem em árvores ou fazerem traquinagens. Logo ao amanhecer, elas deviam andar ajoelhadas até aos quartos dos pais, avós e tios, solicitarem perdão pelos pecados e pedir bençãos. Nessa data também benziam as árvores para serem mais produtivas e seguiam para o rio para lavarem o rosto.

A comunidade vivencia um processo de conversão à religião evangélica, mas esse fenômeno não anula experiências espirituais específicas e seus atravessamentos com as vertentes das religiões de matriz africana. Um dos relatos do líder Vanderlei da Silva, neto do Sr. Teobaldo, detalha como um ser, na forma de uma mulher com o rosto coberto apareceu para ele, quando trabalhava na limpeza das trilhas do sítio Mata de Taipas. A paisagem sonora se modificou, as árvores mexiam-se com o vento forte e os elementos presentes na visão permitiram que reconhecesse Oxum, orixá das águas doces. Ainda que Vanderlei seja evangélico, ele reconhece a visão e descreve a imagem como bela, não provocando nenhum medo ou agouro. Para ele, a experiência gira em torno das tradições religiosas daqueles que viveram ali no passado. A entidade lhe foi revelada devido sua relação com esses ancestrais. Portanto, para ele, a interpretação mais relevante é que o evento foi uma “benção”, mostrando acordo, aprovação e benevolência para com a comunidade em sua luta quilombola.

2 A palavra erê vem do iorubá, que significa “brincar”. Daí a expressão siré que significa “fazer brincadeiras”. A palavra iré em iorubá significa “boa ação ou favor”. O Erê é um ser iluminado e encantado que trabalha como um intermediário do Orixá, expressando sua vontade. Na Umbanda, eles são considerados espíritos de crianças evoluídas que não chegaram a encarnar e que estão muito próximas dos Orixás, transmitindo suas sabedorias.

3 Assentamento é o local onde são colocados alguns elementos com poderes mágicos, com a finalidade de criar um ponto de proteção, defesa, descarrego e irradiação. Pode ser destinado a uma só força ou poder, ou a várias. A entidade assentada, seja Orixá ou guia espiritual, utiliza esses elementos ativando-os segundo as necessidades do terreiro, do trabalho espiritual ou dos médiuns.



Figura 15: Vanderlei no sítio Mata de Taipas (Foto: Sandra Diehl, 2022)

A potência desse relato é que nos permite compreender como a comunidade lida com os complexos movimentos de transformação interna e como os preceitos do conhecimento tradicional e ancestral podem significar tais experiências, trazendo novos elementos para a autoafirmação da identidade coletiva. Os sítios arqueológicos estão entre esses elementos. Eles são ativados como um componente fundamental na inserção política dos quilombolas, sendo vetores de historicidade, significação e apropriação em suas demandas contemporâneas, que além dos aspectos culturais, passa pela chave da preservação do patrimônio e reivindicação de territórios para a manutenção e reprodução social.

CONCLUSÃO

Ainda que o patrimônio arqueológico seja protegido pelo Estado e pesem sobre eles referenciais da identidade nacional ou estadual a despeito dos desejos e deliberações das comunidades locais (FERREIRA, 2013), pretendemos mostrar neste artigo, como o conjunto formado pelos dois sítios apresenta-se como espaços vivos e pulsantes para os moradores da comunidade quilombola Unidos do Lajeado. Embora não se trate de um assentamento de escravizados fugidos, as ruínas da sede da fazenda escravagista e a área de trabalho da pedra inspiram múltiplos sentimentos à população quilombola local. Provido de memórias e marcas do tempo da esca-

vidão, os sítios são circunscritos por (re)existências e ressignificações, promovendo animação, inspiração e celebração. Acionado como lugares de referência histórica e cultural para a identidade quilombola, os sítios são marcos na paisagem de seu território e, atualmente, se configuram como patrimônio arqueológico quilombola na paisagem do Vale do Taquari.

Para Clóvis Moura, a sociedade brasileira não é marcada pela democracia racial e sim pelo conflito social que tem sua origem na situação desigual, subordinada e não harmônica que divide os grupos dentro do país pela categoria social de raça. Herança do sistema escravocrata, o tratamento desigual, tanto social como jurídico no Brasil faz com que na contemporaneidade a nação vivencie uma situação socioeconômica na qual a riqueza da diversidade cultural não signifique igualdade em oportunidades. Essa situação é latente na história e atual contexto social da comunidade Quilombola Unidos de Lajeado. As dificuldades enfrentadas para conseguir o título de seu território, aumentam a situação de vulnerabilidade vivenciada por eles perante os conflitos fundiários. A violência física e moral que eles enfrentam ao serem expulsos de suas terras ocupadas por terceiros é a mesma violência que sofre o patrimônio cultural e histórico, material e imaterial, existentes nessas terras. Afinal, o território quilombola é a unidade patrimonial que engloba todos os outros bens culturais envolvidos em sua existência. É sobre isso que chamamos atenção nesse artigo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os membros da comunidade quilombola Unidos do Lajeado por viabilizarem e participarem dos estudos. Agradecemos também à Ângulo Social Consultoria e Pesquisa Socioambiental pelo apoio e coordenação do Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBAq) e ao Grupo CCR pelo patrocínio e apoio do projeto. Agradecemos também a equipe do Laboratório de Arqueologia da UNIVALE, sob coordenação da Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado pela conversa e cordialidade ao receber nossa equipe de campo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERNAZ, M. P. (1997-1998). *Dicionário ilustrado de arquitetura*. São Paulo: ProEditores.
- BEZERRA, M. (2017). *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha.
- CABRAL, M. (2016). Entre Passado e Presente: Arqueologia e Coletivos Humanos na Amazônia. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, 24, pp. p. 76-91.
- CABRAL, M. P. (2013). “E se todos fossem arqueólogos?”: experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico*, 39, pp. 115-132.
- CABRAL, M. P., PEREIRA, D., & BEZERRA, M. (2018). Patrimônio Arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 247-268.
- CHRISTILLINO, C. L. (2004). *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. São Leopoldo: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- FERREIRA, L. M. (jul. de 2013). Essas coisas não lhes pertencem: Relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidade. *Revista de Arqueologia Pública*, 7, 87-106.
- FOUCAULT, M. (2000). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- GATTO, D. (2006). *Características tecnológicas do vergamento das madeiras de Luehe divaricata, Carya illinoensis e Platanus x acerifolia como subsídios para o manejo florestal*. Santa Maria: Tese de Doutorado em Engenharia Florestal. Centro de Ciência Rurais Programa de Pós-graduação em Engenharia Florestal. Universidade de Santa Maria.
- GOMES, J., COSTA, R. B., & SANTOS, B. L. (2014). Arqueologia comunitária na Reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. *Amazônica – Revista de Antropologia. Dossiê: Arqueólogos Comunidades Locais na Amazônia, organizado por M. Bezerra e M. Cabral.*, 6, 385-417.
- GROGORY, J. L. (2019). *Terra, Fortuna e Família: a atuação de Antonio Fialho de Vargas no mercado de terra (segunda metade do século XIX)*. São Leopoldo/RS: Dissertação de Mestrado na UNISINOS.
- GUARALDO ALMEIDA, F., PEDROSO, M. B., & CAMPOS, S. (2020). Arqueologia, comunidade, ancestralidade e outros assuntos para pensar a identidade quilombola. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia da USP*, 34, 194-205.
- HAMILAKIS, Y. (2011). Archaeological Ethnography: A Multitemporal Meeting Ground for Archaeology and Anthropology. *Annual Reviews of Anthropology*, 40, 399-414.
- HAMILAKIS, Y., & ANAGNOSTOPOULOS, A. (2009). What is Archaeological Ethnography? public archaeology: archaeological ethnographies, 8(2-3), 65-87.
- HARTMANN, G. O. (2022). Escavando a Violência Colonial: Arqueologia Griótica e Engajamento Comunitário na Guiana. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, 19(37), 142-191.
- KREUTZ, M. R. (2008). O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari/RS. Lajeado, RS: Dissertação de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento na Univates.

- KREUTZ, M. R., & MACHADO, N. T. (2017). O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Lajeado: Editora Univates.
- LIMA, H. P., MORAES, B. M., & PARENTE, M. T. (2013). “Tráfico” de material arqueológico, turismo e comunidades ribeirinhas: experiências de uma arqueologia participativa em Parintins, Amazonas. *Revista de Arqueologia Pública*, 61-77.
- LIMA, T. A. (2011). Keeping a Tight Lid: The Architecture and Landscape Design of Coffee Plantations in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, Brazil. Em R. (. Center), *Rethinking the Plantation: Histories, Anthropologies and Archaeologies* (Vol. 34, pp. 193-215). New York: Published By: Research Foundation of State University of New York.
- LOPES, S. N. (2021). *Impactos sociais e ambientais produzidos pelo ciclo das fazendas no percurso do rio Taquari/ Rio Grande do Sul (1770-1850): Uma abordagem arqueológica*. Lajeado, RS: Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES.
- MEIHY, J. C. (2005). Manual de Historia Oral. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- MORAES, I. P.; COSTA, L. A.; JESUS, L. L. (2022). Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiáspóricas: experiências no território quilombola dos povos do Aroága-Amazônia paraense. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, 55-74.
- PEIXOTO, S. A. (2019). Jacarepaguá, a “Planície dos muitos engenhos”: uma arqueologia do sertão carioca, *Rio de Janeiro, século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em Arqueologia. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PIRES, K. D. (2016). *O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX*. Lajeado: Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - UNIVATES.
- PIRES, K. D. (2021). *Compadrio, parentesco e família: escravizados, libertos e livres na Paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul*. Lajeado: Tese (Doutorado em Ciências) - UNIVATES.
- SANTOS, P. F. (1951). *Arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos.
- SCHIERHOLT, J. A. (1992). *Lajeado I*. Lajeado: Prefeitura Municipal.
- SOUZA, M. A. (2016). Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5, pp. 147-173. Fonte: https://www.researchgate.net/publication/305795392_Behind_Closed_Doors_Space_Experience_and_Materiality_in_the_Inner_Areas_of_Brazilian_Slave_Houses
- SPENNER, B. V. (2013). *Arquitetura, gado e cativo: estâncias pastoris em Rio Pardo no final do século XIX*. Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Unisc.
- SPOHR, P. I. (2018). *História das casas: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil – Paróquia Santo Inácio dos Conventos*. Lajeado: Padre Reus.
- SYMANSKI, L. C. (2012). The Place of Strategy and the Space of Tactics: structures, artifacts and power relation on sugar plantations of west Brazil. *Historical Archaeology*, 46, 124-148.
- SYMANSKI, L. C., & GOMES, F. (dez de 2012). Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 19, supl., 309-317.